



Comunidades Kokama na tríplice fronteira amazônica Brasil/Peru/Colômbia: contextos e uso da agrobiodiversidade

Brian Angelo Sandoval Sanches¹, Máximo Alfonso Rodrigues Billacres^{2*} e Antônio Carlos Witkoski³

¹Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.

²Centro de Estudos Superiores de Tabatinga, Universidade do Estado do Amazonas, Avenida da Amizade, 74, 69640-000, Tabatinga, Amazonas, Brasil.

³Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: billacres@gmail.com

RESUMO. Este artigo visa refletir acerca do etnoconhecimento das populações tradicionais e seu emprego nas formas de uso da agrobiodiversidade. Especificamente, concentramos nossa investigação nos Kokama do Alto Solimões, Amazonas. As práticas tradicionais indígenas, que caracterizam o seu modo de vida, formam o tema base da pesquisa, em comunidades localizadas próximo ou distante as áreas urbanas. Com a intenção de coletar um maior número de informações para atender os objetivos do presente estudo, realizamos levantamento e revisão bibliográfica, pesquisa de campo e organização dos dados coletados. Os resultados obtidos na pesquisa revelam que, nas comunidades Kokama do Alto Solimões, a agricultura, ou atividade agrícola, é uma das principais fontes de subsistência. A realização da agricultura possibilita um diálogo entre o etnoconhecimento e a agrobiodiversidade, fundamental em razão da exequibilidade dos resultados para as famílias Kokama, que cultivam uma diversidade de espécies anualmente, como banana, mandioca, macaxeira e outras, incluindo a presença de cultivares de ciclo curto. Além do mais, a utilização da agrobiodiversidade desvela as formas de transmissão do etnoconhecimento que se dá pela oralidade ou prática de geração em geração, o que ressalta a importância da manutenção desse conhecimento pela prática do modo de vida e fortalecimento da cultura.

Palavras-chave: populações tradicionais; etnoconhecimento; Kokama; prática indígena; Alto Solimões.

Kokama communities on the amazonian triple Frontier Brazil/Peru/Colombia: contexts and use of agrobiodiversity

ABSTRACT. This article aims to reflect on the ethnoknowledge of traditional populations employed in ways of using agrobiodiversity, which is why we focus on investigating the Kokama of Alto Solimões, Amazonas. Being the traditional indigenous practices, which characterize the way of life, the theme research base in communities located near or far from the urban perimeter of the city. With the intention of collecting more information to achieve the objectives of the study, a survey and bibliographical reading, field work and organization of the collected data were carried out. The results obtained in the research reveal that in the Kokama communities of Alto Solimões, agriculture, or agricultural activity, is one of the main sources of subsistence. In proportion to this, carrying out agriculture enables the dialogue between ethno-knowledge and agro-biodiversity, which is fundamental due to the feasibility of the results for the Kokama families, through which a diversity of species cultivated annually is found - banana, cassava, cassava, among others, with the presence of cultivars with short cycle. Furthermore, the use of agrobiodiversity reveals the forms of transmission of ethno-knowledge that takes place through orality or practice from generation to generation, but also the importance of this maintenance through the practice of the way of life and strengthening of culture.

Keywords: traditional populations; ethnoknowledge; Kokama; indigenous practice; Alto Solimões.

Received on June 5, 2023.
Accepted on August 20, 2023.

Introdução

No cenário nacional, que demandava a garantia dos direitos indígenas conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988, onde o reconhecimento étnico se revela essencial para a defesa e preservação da cultura milenar indígena, os Kokamas reaparecem no entorno da sociedade envolvente numa perspectiva de fortalecer seu povo. Os benefícios adquiridos pelos indígenas, como os relacionados à Educação e Saúde

diferenciada, foram conquistados após diversos momentos de lutas. Entretanto, algumas divergências persistem, notadamente no que se refere à questão do território e à concomitante necessidade de reconhecimento e demarcação de suas terras.

Nesse contexto, os benefícios sociais garantidos pela constituição, em razão da organização dos movimentos indígenas, têm proporcionado uma (re)integração, podemos assim dizer, dos indígenas na sociedade. Através desse processo, por meio da criação de seus próprios espaços e preservando suas características singulares, eles resistem aos ‘ataques’ externos demandados por lógicas capitalistas contra as suas culturas e contra a sua relação com o seu meio.

A partir deste debate, objetivamos refletir acerca do etnoconhecimento empregado no uso da agrobiodiversidade a partir dos Kokama, que estão situados em comunidades na tríplice fronteira amazônica Brasil/Peru/Colômbia.

Nesse contexto, é possível discernir a forma como os Kokama sustentam sua subsistência em uma região caracterizada por grande diversidade cultural e étnica, desmentido os estereótipos que presumem que todos vivem da mesma maneira. Esse cenário torna a pesquisa relevante, uma vez que a maioria dos Kokama estão situados na região do Alto Solimões, como dito anteriormente, compartilhando o espaço com a presença de outros grupos indígenas. A singularidade étnica dos Kokama permite identificá-los através das práticas culturais que produzem e reproduzem, perputando seu modo de vida, conforme o etnoconhecimento.

Partindo do pressuposto de que os Kokama sejam fundamentalmente agricultores, criadores de animais e praticantes do extrativismo vegetal e animal, formando uma economia de subsistência, é notável que a unidade produtiva seja o próprio grupo doméstico, frequentemente representado pela família nuclear composta pelos pais (patriarca e matriarca da casa) e filhos solteiros. Adicionalmente, a unidade de trabalho pode ser complementada, temporariamente, pela presença da família extensa (Sanches, Billacrês, & Ferreira, 2020).

Independentemente das localizações das comunidades estarem situadas próximas ou distantes do perímetro urbano, obtenção de recursos essenciais para suprir suas necessidades é primordialmente derivada do desenvolvimento das práticas ancestrais milenares. Nesse sentido, a organização das famílias Kokama está enraizada no parentesco e na apropriação e utilização responsável dos recursos naturais local. Portanto, a produção, transmissão e manejo desses recursos são de suma importância, visando não apenas a sustentabilidade, mas também a conservação e preservação ambiental, conforme destacado por Silva (2009).

Partindo da ideia de que os trabalhos realizados pelos Kokama têm proporcionado a manutenção do modo de vida da etnia e a partir da contextualização de que vivem em áreas demarcadas e, ainda, com base em outros estudos, levantamos a seguinte questão: Os Kokama, por suas práticas, se aproximam do uso racional da natureza, pautados no respeito ao próximo, em um diálogo com o pensar no próximo. Contudo, como se dá o uso dos recursos naturais predispostos na natureza? Em outras palavras, qual é a importância das práticas Kokama para o meio ambiente?

Na região interétnica, como a do Alto Solimões, as comunidades rurais estão envolvidas em determinadas atividades cruciais para a manutenção do seu modo de vida, seja por meio da subsistência ou da comercialização. Nesse sentido, especificamente, nosso objetivo é identificar as formas de uso da agrobiodiversidade Kokama, apontando as principais espécies vegetais cultivadas pela e na comunidade e verificando os espaços de ocorrência da transmissão do etnoconhecimento, da etnia estudada, nas comunidades da tríplice fronteira Brasil/Peru/Colômbia.

Procedimentos metodológicos

A abordagem metodológica adotada é fundamentada no circuito tetralógico proposto por Morin (2015, 2016), composto pelos estágios de ‘desordem’, ‘ordem’, ‘integração’ e ‘organização’. Nesse contexto, as desordens apresentadas na realidade são ordenadas durante o ato de observação, onde a integração dos elementos contribui para a organização das aceitações das contradições escamoteadas do uso da agrobiodiversidade pelos indígenas.

Além disso, esse entendimento metodológico também é motivado pela aspiração de um saber não fragmentado e pelo reconhecimento da natureza inacabada e incompleta de qualquer conhecimento.

Com isso, os elementos predispostos conformam um conjunto de características que culminam para um conjunto de características que influenciam tanto a dinâmica da natureza quanto da sociedade. Nesse sentido,

o foco do trabalho está diretamente ligado às técnicas de pesquisa social, adotando uma abordagem qualitativa (Minayo, Deslandes, Neto, & Gomes, 2002). O processo da pesquisa foi conduzido em quatro momentos, fazendo uso dos seguintes instrumentos de coleta de dados (Figura 1):

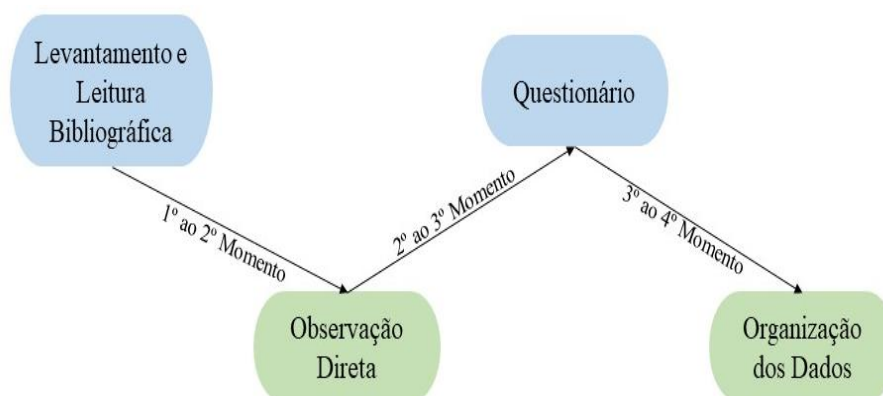


Figura 1. Momentos de construção do trabalho (Elaborado pelos autores).

No primeiro momento, realizamos o levantamento bibliográfico minucioso utilizando recursos online, pela internet, incluindo plataformas como o Google Acadêmico, Scielo e o banco de dissertações e teses da CAPES. Nessa fase, buscamos temas relacionados à nossa investigação, examinando artigos, dissertações, teses e livros. No segundo e terceiro momento, o trabalho progrediu com a observação direta e aplicação do questionário – no trabalho de campo, propriamente dito, ao observar os elementos que compõem o espaço da comunidade, mas também através da observação da dinâmica dos moradores quanto à realização das atividades, o que nos permitiu aplicar 30 questionários. Enfim, no último momento da pesquisa, organizamos, consolidamos e interpretamos os dados coletados. Essa interpretação é essencial para ampliar nosso entendimento do estudo, fornecendo uma visão mais completa das informações reunidas ao longo de todo o trabalho.

Quanto à área de pesquisa, a investigação esteve concentrada em três comunidades Kokama, localizadas como indicado no mapa abaixo (Figura 2), denominadas Sapotal, Luiz Ferreira e Bom Jardim II. As duas primeiras estão dentro dos limites do município de Tabatinga (AM), enquanto a última faz parte de Benjamin Constant, Amazonas. O nosso estudo compila e valida dados obtidos anteriormente, e adiciona novas informações necessárias para uma compreensão mais aprofundada. A pesquisa foi realizada ao longo de um período de 15 (quinze) dias, em janeiro de 2020 e novamente em novembro em 2022.

Localização das comunidades Bom Jardim-Sapotal-Luiz Ferreira,nos Municípios de Tabatinga e Benjamin-Constant - AM.

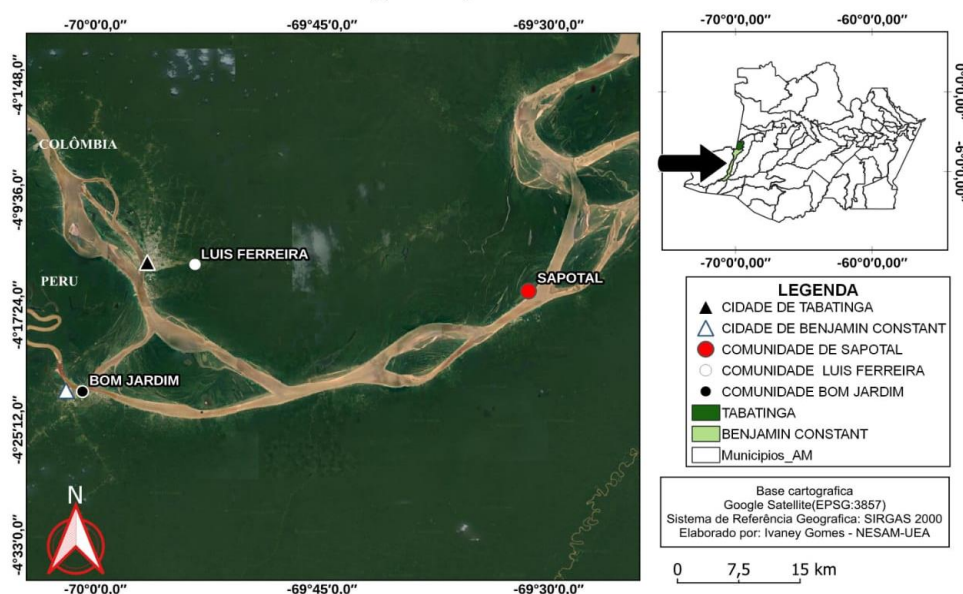


Figura 2. Localização das comunidades Sapotal, Luiz Ferreira e Bom Jardim II (Ivaney Gomes, 2023).

Como ilustrado pela Figura 2, as comunidades em estudo estão bem próximas da tríplice fronteira amazônica, embora situadas em lugares distintos uma das outras. Cada localização apresenta características específicas de uso dos espaços pelos moradores: as comunidades Kokama têm sua organização própria enquanto povo indígena.

Circunstâncias categóricas e celeridade histórica do modo de vida Kokama

O passado passou, e só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isto de singular: ela é formada de momentos que foram, estando agora cristalizados como objeto geográficos atuais, essas formas-objetos, tempo passado, são igualmente tempo presente como formas que abrigam uma essência, dada pelo fracionamento da sociedade total. Por isso, o momento passado está morto como ‘tempo’, não porém como ‘espaço’; o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização do social (Santos, 2012, p. 14, grifo do autor).

Neste contexto das práticas tradicionais como ‘objeto geográfico’ da objetivação espacial do passado e conforme a literatura disponível, partindo da própria história do povo, os indígenas Kokama tiveram os primeiros contatos com a sociedade não indígena em meados das primeiras décadas da colonização europeia. Esses contatos ocorreram sob a influência do Estado, das missões religiosas¹ e das frentes extrativistas. Tais instituições fizeram com que as sociedades indígenas vivenciassem momentos irreparáveis contra o seu próprio costume. Intencionalmente, criaram um contexto muito adverso de reprodução física e cultural, o que resultou, entre os Kokama, na negação da própria identidade e na repreensão da língua materna por muitas décadas.

Tal imposição, por parte dos colonizadores, além da negação identitária, provocou contundentes mudanças entre os costumes dos povos indígenas, não obstante esse contexto, enfaticamente “[...] o povo Kokama do Alto Solimões passou por muitas transformações, algumas em decorrência da colonização e outras do ‘rompimento das fronteiras étnicas’, quando passaram a compartilhar seu espaço com outros povos indígenas e não-indígenas” (Rubim, 2016b, p. 11, grifo do autor). Apesar disso, contudo, Witkoski (2010) demonstra que os indígenas mantiveram alguns costumes:

Apesar de a cultura indígena aparecer, na maioria das vezes, sob a dialética do senhor e do escravo, sendo, no caso, o indígena escravo, não podemos ficar prisioneiros da visão da simples perda da cultura indígena. Se considerarmos o aspecto da alimentação e da moradia, por exemplo, perceberemos o quanto de influência cultural indígena há nas populações que habitam e trabalham nas várzeas amazônicas (Witkoski, 2010, p. 104).

Os Kokama utilizam, além das várzeas amazônicas, os ambientes de terra firme para os espaços de morada. Esses ambientes estão localizados em regiões e espaços explorados por outros grupos indígenas e não indígenas. Vieira (2016, p. 109) ressalta que “[...] a presença dos Kokama às margens de grandes rios [...] tais como o Solimões tem sido registrada desde meados do século XVII por missionários, viajantes, cronistas, naturalistas, historiadores [...]”, e foram tais sujeitos que, direta ou indiretamente, registraram a cultura dos indígenas que moravam em diferentes ambientes da região.

Na região do Alto Solimões, os Kokama se constituíam como um povo que vivia em constante movimento, o eu levou a serem caracterizados como nômades. A vida dinâmica desse grupo étnico envolvia diversos deslocamentos motivados por várias razões, algumas estiveram atreladas a conflitos relacionados ao uso do espaço, tanto da terra para o plantio, como da água para o exercício da pesca (Rubim, 2016a). Essa mobilidade se assemelha ao que foi exposto por Alcida Rita Ramos, em *Sociedades indígenas* (1988), quando havia ou ainda existem

[...] sociedades de caçadores, pescadores e coletores vivendo em comunidades altamente móveis, desfrutando de sistemas culturais baseados na posse coletiva de um território, na distribuição igualitária de recursos [...] populações organizadas em aldeias permanentes, com agricultura acompanhada de caça, pesca e coleta (Ramos, 1988, p. 9).

Considerando que a terra, a água e a floresta são fundamentais para a sobrevivência da nossa espécie, os Kokama escolheram assentar-se nas margens de rios e paranás, em comunidades que oferecem acesso a terras (para a agricultura, criação animal etc.), água (para a pesca etc.) e à floresta (para a coleta de plantas etc.). Esses ajustes e adaptações estão em harmonia com seu modo de vida, visando a (re)produção do espaço. Tais localidades (comunidades) são formadas por famílias extensas (entre parentes).

Nas comunidades, o etnoconhecimento ou conhecimento tradicional é empregado para orientar as práticas e os espaços de trabalho (como agricultura, criação animal e extrativismo animal e vegetal), estando as

¹ A respeito disso, destacamos “O projeto das instituições religiosas, que acompanhavam o expansionismo europeu, trazia consigo um vasto programa de trabalho com objetivos diferentes e complementares que tinham, no seu âmago, o intento de homogeneizar a sociodiversidade ameríndia” (Witkoski, 2010, p. 73).

práticas indígenas em constante dinâmica, transmitidas de geração para geração, com a intenção de resguardar os costumes e, ao mesmo tempo, constituir a memória e a história do povo (Bertoldi & Sposato, 2012). Por etnoconhecimento ou conhecimentos tradicionais podemos entender:

[...] as informações e as práticas de comunidades (indígenas, quilombolas, ribeirinhas, ou outras que vivem em estreita relação com o ambiente), que possam se transformar em valor, associadas ao patrimônio genético [...] transmitida oralmente entre as gerações [...] como conhecimentos resultantes pela prática diária, ‘criadas a cada dia, e desenvolvidos como resposta de pessoas e comunidades aos desafios postos por seu meio social e físico’ (Boff, 2015, p. 112, grifo do autor).

Os usos se dão por diferentes vias que resultam na apropriação de algo produzido que atenda a necessidade da família. Nesse sentido, no espaço vivido pelos Kokama o etnoconhecimento se sobrepõe à biodiversidade por diversas finalidades, devido a abrangência da biodiversidade local, que tem funções múltiplas para os indígenas, que vão desde o uso para o cultivo de alimentos e medicamentos (plantas medicinais) até a realização das atividades de agricultura, criação animal e extrativismo vegetal e animal (Silva, 2009).

Essas populações mantêm uma relação de adaptabilidade com o ambiente e seus recursos, desenvolveram conhecimentos, tecnologias, técnicas e processos característicos de um modelo etnoeconômico que fundamenta as suas práticas sociais, culturais e produtivas, particularmente as que dizem respeito às formas de manejo e conservação dos recursos naturais (Silva, 2009, p. 16).

Enfaticamente, fica evidente que as populações tradicionais praticam uma agricultura de subsistência, ou de comercialização quando possível sob o etnoconhecimento, produzindo produtos e subprodutos para o sustento da família (Noda & Noda, 2003). Isso pela relação de determinados aspectos representando uma cadeia, sendo: população–etnoconhecimento–agricultura e agricultura–biodiversidade–agrobiodiversidade. Nessa lógica, Costa e Nunez destacam que

Agricultura sem biodiversidade é muito difícil, são quase que inseparáveis devido ao conjunto de práticas que envolvem a espacialização da agricultura [...] a atividade agrícola faz parte da estrutura (social, econômica e política) dos grupos e comunidade com as mais diversas paisagens, como por exemplo, proteção e criação de espaços e biodiversos (Costa & Nunez, 2017, p. 10).

Lévêque (1999, p. 14) nos faz entender que “[...] a biodiversidade está constituída pelo conjunto dos seres vivos, pelo seu material genético e pelos complexos ecológicos dos quais eles fazem parte”. Nessa perspectiva, as práticas espaciais manifestam as necessidades de cada sociedade, considerando as emergenciais, que se dinamizam sobre o uso dos recursos naturais. Contudo, a agrobiodiversidade, ou diversidade agrícola, é uma parte da biodiversidade, uma derivação da mesma:

A agrobiodiversidade, ou diversidade agrícola, constitui uma parte importante da biodiversidade e engloba todos os elementos que interagem na produção agrícola: os espaços cultivados ou utilizados para criação de animais domésticos, as espécies direta ou indiretamente manejadas, como as cultivadas e seus parentes silvestres, as ervas daninhas, os parasitas, as pestes, os polinizadores, os predadores, os simbioses [...] e a diversidade genética a eles associada – também chamada de diversidade intraespecífica (Santilli, 2009, p. 92).

Agrobiodiversidade, portanto, nada mais é do que o ambiente onde se encontram espécies cultivadas e domesticadas, manejadas pelo indígena por meio dos conhecimentos tradicionais ou etnoconhecimento (Santilli, 2009), que por ora proporcionam aos povos indígenas a obtenção de importantes resultados tanto para a sobrevivência quanto para a manutenção dos costumes e da cultura propriamente dita.

No contexto das comunidades investigadas, a agricultura surge como a principal atividade, central para dinamizar o modo de vida. Essa atividade é variável, ela se adapta às necessidades familiares, e a pesca é outra atividade que merece destaque, especialmente nas comunidades localizadas às margens de rios, paranás e igarapés (como a comunidade Sapotal e Bom Jardim II). Em tais atividades é perceptível a participação de todos os integrantes do grupo familiar, incluindo crianças desde os cinco, seis até sete anos de idade. Como parte do núcleo familiar, todos contribuem como força de trabalho, exercendo uma função no sistema produtivo da família.

Elementos das comunidades de Sapotal, LuizFerreira e Bom Jardim II

O entendimento do que seriam os ‘elementos’ abrange a concepção e a consideração da visão do espaço como uma totalidade, conforme apontado por Santos (1985). Nesse contexto, a abordagem requer a

capacidade de analisar simultaneamente a possibilidade da divisão do espaço em partes e, ao mesmo tempo, a construção do todo. Nesse processo, é crucial reconhecer que, em um determinado momento, esses elementos devem ser interpretados considerando também as mudanças históricas que ocorreram. Essa compreensão, considerando um determinado momento, deve incorporar as transformações históricas. Diante disso:

O que nos interessa é o fato de que a cada momento histórico cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo (Santos, 1985, p. 9).

Nesta condição, entendemos a comunidade como uma ‘congregação’/(re)união de pessoas que convivem juntas num determinado espaço, que de uma forma ou outra ‘facilita’ a vida dos membros, num esforço mútuo para superar as dificuldades da vida em comunidade (Lazzari, Mazzarino, & Turatti, 2017). Além disso, como um dos benefícios gerais da vida em comunidade, podemos destacar:

A relação entre os sujeitos é baseada na tradição, parentesco e amizade. O sistema de controle é informal, característico da família, de um clã, de uma religião. O termo denota comunidade de sentimentos, semelhanças, experiências compartilhadas. Assim, como o parentesco formal, a vizinhança e a propriedade coletiva produzem uma unidade análoga, portanto, este sentimento não tem a ver com relações sanguíneas ou relativas à localidade (Lazzari et al., 2017, p. 3).

Através dos esforços mútuos e colaborativos na comunidade, os membros conseguem alcançar algo que os beneficie comumente. Por exemplo, uma vez que a área é reconhecida e demarcada como Terra Indígena Kokama, conflitos podem ser evitados. É o caso da comunidade Sapotal, criada em 1879 pelas famílias Samias, Curico e Ramires, e localizada na margem esquerda do rio Solimões, no município de Tabatinga (AM).

Entre os elementos (Figura 3) que estruturam a organização da comunidade, merece destaque a Escola Municipal Indígena Marechal Rondon, ratificando o que já foi afirmado por Sanches e Billacrês (2022), indicando que essa escola atende tanto os membros da comunidade quanto de outras comunidades indígenas Kokama e Kanamari. A instituição de ensino abrange os seguintes níveis de ensino: Pré-I e II do Ensino Infantil; do 1º ao 9º ano e EJA (Educação de Jovens e Adultos) I e II do Ensino Fundamental, que tem o ensino da disciplina Língua Materna/Kokama incluída na grade curricular. Além disso, oferece do 1º ao 3º ano do Ensino Médio Tecnológico, o que é possível em função da escola municipal atender como anexo da Escola Estadual Conceição Xavier de Alencar – GM3.



Figura 3. A – Escola de alvenaria; B – Posto de Saúde Indígena; C – Maloca (Centro Cultural); D – Igreja Católica; E – Igreja Evangélica IEADAM; F – Igreja Adventista do Sétimo Dia. Trata-se de estruturas predispostas na comunidade Sapotal, Tabatinga, Amazonas (Acervo de Sanches, 2019 e 2022).

Enfaticamente, as estruturas que se fazem presentes em um determinado espaço contribuem para certa organização desse espaço, seja ele uma comunidade, vila ou cidade. Além do mais, como já apontado por Sanches e Billacrês (2022), na comunidade de Sapotal há um posto de saúde indígena que funciona

durante o dia atendendo os membros da comunidade, mas atendendo também aos indígenas das etnias Kanamari, Ticuna e Kambeba das comunidades próximas ao Pólo Base Sapotal. Esse posto de saúde foi inaugurado em janeiro de 2012, e está sob a responsabilidade da prefeitura municipal de Tabatinga. Outra estrutura significativa em Sapotal é a maloca, um local de encontro dos moradores para a realização de reuniões e atividades culturais. A maloca foi inaugurada em setembro de 2006 e passou por reformas, sendo reinaugurada em 2011-2012.

Conforme ilustrado pela Figura 3, registramos que a comunidade apresenta a presença das igrejas católica, evangélica e adventista do sétimo dia. Trata-se de casas de encontro dos moradores para oração, onde os moradores se reúnem de acordo com as suas crenças familiares. Tanto o posto de saúde quanto a igreja evangélica possuem casa de apoio que abriga os responsáveis pela instituição. No caso do posto de saúde, a casa também é morada do(a) enfermeiro(a) não indígena, enquanto na igreja, a casa é a utilizada como residência para o pastor e para sua família.

Na comunidade Sapotal há a presença de alguns campos pequenos, um campo grande de futebol, que é utilizado para momentos de lazer pelos moradores jovens e adultos, após a conclusão das atividades familiares. Outra infraestrutura na comunidade é o telefone público, conhecido como 'orelhão', que não funciona mais devido à falta de manutenção pela empresa, mas que, enquanto funcionava, beneficiava os moradores quanto à comunicação com seus familiares de outras localidades.

A comunidade também possui uma associação denominada Associação Indígena Kokama de Sapotal – AIKS, que no momento está inativa. Por fim, destacamos a energia elétrica que, desde a sua instalação, tem proporcionado usufrutos e muitos benefícios aos Kokama. Por exemplo, a energia é utilizada para conservar peixes em geladeiras ou *freezers*, proporcionando efetivas melhorias aos moradores.

Em relação à comunidade Luiz Ferreira, ela foi criada em 2011 por iniciativa de algumas lideranças e pessoas Kokama. A comunidade se situa na Rua Santos Dumont, bairro Vila Verde, na margem do perímetro urbano da cidade de Tabatinga, no sentido norte. Antes da sua criação, as pessoas moravam em comunidades rurais dispersas pela cidade, vivenciando uma realidade diferente da sua própria em função da diversidade cultural. Conforme informações dos moradores, a área é reconhecida como Terra Indígena Kokama, o que tem contribuído para atenuar certos conflitos testemunhados pelos moradores.

A comunidade recebeu o nome de Luiz Ferreira em homenagem ao pai do fundador e coordenador Zeca Kokama, cujo nome era Luiz Ferreira Tenazor. Quanto à disposição física da localidade (Figura 4), a partir da observação direta, notamos que o espaço é pequeno mas contempla algumas famílias com casas próximas umas das outras. Há um igarapé com pontes adaptadas para facilitar a entrada e saída da comunidade. Além disso, existe uma casa de encontro utilizada para realização de reuniões comunitárias e promoção de aulas da Língua Kokama. Entre as instalações, encontra-se um campo de futebol pequeno freqüentado pelas crianças da comunidade.



Figura 4. A – Caminho de entrada na comunidade; B – Casa de encontro para aulas e reuniões; C – Maloca pequena em construção (no momento da pesquisa), na comunidade Luiz Ferreira, Tabatinga, Amazonas (Acervo de Sanches, 2019).

A comunidade Bom Jardim II foi criada por volta de 1995, fundada por cinco famílias (Vieira, 2016). A localidade está situada à margem direita do rio Solimões, no município de Benjamin Constant (AM), e enfrenta um dilema em relação ao uso do espaço: deve-se admitir que há conflito quanto ao uso do espaço, que por vezes é considerado bairro e outras vezes é considerado comunidade pelos moradores. Esse dilema decorre do modo de vida e da presença dos Kokama na região, levando a reivindicações tanto de reconhecimento quanto de demarcação como Terra Indígena Kokama.

A falta de diálogo entre os indígenas e não indígenas da cidade de Benjamin Constant resultou nessa ambigüidade em relação ao espaço (de alguns considerarem a área como comunidade e outros como bairro). A predominância indígena no local indica claramente que o espaço vivido se trata de uma comunidade, assim como as outras. No momento da pesquisa, os Kokama e os Ticuna estavam reivindicando a demarcação da terra junto à Funai.

De acordo com relatos/informações dos moradores, as áreas de Bom Jardim I e II estão em processo de estudo para a demarcação. No entanto, esse processo enfrenta diversos obstáculos, como problemas de desrespeito, invasões e desmatamentos contínuos que persistem por razões variadas, como a ocorrência contínua de problemas ligados a desmerecimentos, invasões, desmatamentos, entre outros (Vieira, 2016). Para além dessas dificuldades, na comunidade encontramos escola, posto de saúde, quadra poliesportiva, igrejas católica e evangélica, além de fornecimento de energia elétrica. Há, ainda, a Associação Kokama de Bom Jardim. A comunidade de Bom Jardim II faz vizinhança com a comunidade Ticuna Bom Jardim II e Filadélfia, que podem ser acessadas por meio de uma rua como via de acesso (Figura 5).



Figura 5. A – Organização das casas uma ao lado da outra; B – Rua como via de acesso à comunidade Ticuna Filadélfia, espaço da comunidade Bom Jardim II, Benjamin Constant, Amazonas (Acervo de Sanches, 2019).

Formas de uso da agrobiodiversidade nas comunidades Kokama

Os resultados obtidos na investigação apresentam que a agricultura, ou atividade agrícola, é a principal atividade e o principal meio de subsistência nas comunidades Kokama², sendo que temos a “[...] roça, como principal espaço da agricultura tradicional, e visa à segurança alimentar de uma família, de uma comunidade local ou de uma região [...]” (Cardoso, 2010, p. 17). Merece destaque que essa prática se dá em estreita relação com a atividade de extrativismo (vegetal e animal) e com a criação animal, que tomam destaque.

A prática da agricultura tradicional no espaço Kokama assume um papel crucial como uma maneira de caracterização dos sistemas produtivos, como a roça e/ou o quintal, configurando formas de uso da agrobiodiversidade que se dão por meio da organização e do planejamento familiar frente à demanda das necessidades para a subsistência da família (Noda, Martins, Noda, Silva, & Braga, 2012). Contudo, Thiago Mota Cardoso (2010) enfatiza que os indígenas têm relevante conhecimento sobre a agricultura, o que os leva a desenvolver

[...] uma agricultura altamente complexa e fundada na diversidade. É a viva expressão do saber biodiverso em contraposição à monocultura da mente. A roça seria o principal agroecossistema que, associada a outros espaços, forma um mosaico de paisagem, dinâmico ao longo do tempo e que possibilita múltiplas formas de acesso e manejo com diversas plantas cultivadas (Cardoso, 2010, p. 18).

Neste contexto, os agroecossistemas que englobam a agrobiodiversidade Kokama são caracterizados por unidades de trabalho que se constituem em arranjos produtivos. Um exemplo proeminente é o roçado ou roça, uma das principais unidades de trabalho dos Kokama. Esses ambientes concentram espécies perenes e

² E de outras comunidades indígenas e, pela importância que tem para a sociedade, seria de grande valor que “[...] o conhecimento ou saber dessas comunidades, [...]” capsular em alguma forma estática (registro) como meio de conservar a memória, proporcionar a continuidade da cultura de uma sociedade e protegê-la do sistema globalizado de cultura, bem como da apropriação indevida e/ou privatização” (Bertoldi & Sposato, 2012, p. 82).

efêmeras cultivadas em consórcios, ou isoladamente. A variedade de cultivos inclui banana, mandioca, macaxeira, milho, pupunha, cupuaçu, mapati, entre outros cultivares (Pereira, 2008).

A escolha de quais espécies cultivar pode ser influenciada pelo ambiente em que estão sendo plantadas, uma vez que os Kokama ocupam áreas de várzea alta e baixa, além de regiões de terra firme. Independentemente de suas localizações, como ilustrado pela Figura 6, o cultivo da banana, macaxeira e mandioca é proeminente, seguido por outras culturas. A porcentagem alta dessas culturas é explicada pelo rendimento que as culturas proporcionam para as famílias, tanto para o consumo quanto para a venda.

Tanto a roça quanto o quintal, como unidades de trabalho, proporcionam a segurança alimentar para as famílias Kokama. A diversificação das espécies vegetais cultivadas em várias áreas, bem como a variedade de espécies domesticadas, é uma resposta às necessidades sazonais e se justifica pelas necessidades de subsistência da unidade familiar, uma vez que há períodos do ano que não há oferta regular de produtos destinados para a alimentação ou comercialização (Dácio, 2017).

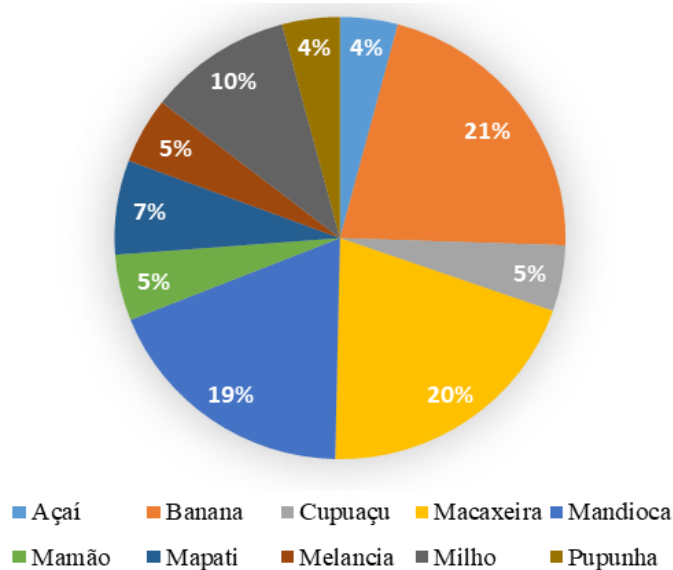


Figura 6. Porcentagem de uso dos cultivares nas comunidades (Dados de campo 2020 e 2022).

De uma forma ou de outra, da agricultura as comunidades conseguem obter banana, macaxeira e a farinha de mandioca, alimentos básicos presentes na dieta alimentar. Na tabela a seguir apresentamos algumas espécies cultivadas entre as comunidades investigadas (Tabela 1).

Tabela 1. Espécies cultivadas na agrobiodiversidade Kokama.

Nome Comum	Nome Científico	Nome Kokama
Abacate	<i>Persea americana</i>	<i>Apache</i>
Abacaxi	<i>Ananas comosus</i>	<i>Uwakira</i>
Abiu	<i>Pouteria caimito</i>	<i>Watsatsa</i>
Açaí	<i>Euterpe oleracea</i>	<i>Watsai</i>
Banana	<i>Musa</i>	<i>Panara</i>
Cana	<i>Saccharum</i>	<i>Uwakira</i>
Chicória	<i>Eryngium foetidum</i>	<i>Turichi</i>
Coco	<i>Cocos nucifera</i>	
Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i>	
Feijão	<i>Vigna unguiculata</i>	<i>Purutu</i>
Fruta-pão	<i>Artocarpus altilis</i>	<i>Paun</i>
Goiaba	<i>Psidium guajava</i>	<i>Kima</i>
Graviola	<i>Annona muricata</i>	<i>twiría metima</i>
Ingá-açú	<i>Inga cinnamomea</i>	<i>Inatsu</i>
Ingá-cipó	<i>Inga elulsi</i>	<i>Ina</i>
Jambo	<i>Syzygium malaccense</i>	<i>Mamey</i>
Jerimum	<i>Cucurbita moschata</i>	<i>Yurumú</i>
Laranja	<i>Citrus aurantium</i>	<i>Raransha</i>
Limão	<i>Citrus limon</i>	<i>Rinupi</i>

Macaxeira/Mandioca	<i>Manihotesculenta</i>	<i>Yawiri</i>
Mamão	<i>Carica papaya</i>	<i>Papaya</i>
Manga	<i>Mangifera indica</i>	<i>Iwa chiru</i>
Mapati	<i>Pouroumaguianensis</i>	<i>Kurutsa</i>
Maracujá	<i>Passiflora edulis</i>	<i>Mainuma kaichiru</i>
Melancia	<i>Citrulluslanatus</i>	<i>Tsandia</i>
Milho	<i>Zeamays</i>	<i>Awati</i>
Pepino	<i>Cucumissatius</i>	
Pimenta	<i>Capsicum</i>	<i>Iki</i>
Pimentão	<i>Capsicum annum</i>	<i>Ikitsen</i>
Pimentade Cheiro	<i>Capsicumchinense</i>	
Pupunha	<i>Bactrisgasipaes</i>	<i>Pipichi</i>
Tomate	<i>Solanumlycopersicum</i>	<i>Tumate</i>

Fonte:Elaborado pelo autor.

Entre as comunidades Kokama investigadas, enquanto componente de que difere uma da outra, destaca-se o ecossistema amazônico em que estão situadas. Luiz Ferreira e Bom Jardim II encontram-se em terra firme, enquanto Sapotal está numa área de várzea alta. O modo de vida Kokama se adaptou a tais ecossistemas através da utilização contínua do espaço e da realização de atividades que fortalecem a cultura do povo (Figura 7).



Figura 7. Casa de farinha Kokama como lugar de produção da farinha de mandioca (Acervo de Sanches, 2020).

Como forma de uso da agrobiodiversidade, comentado anteriormente, as atividades são realizadas em lugares específicos, como ilustrado pela Figura 7. Neste contexto, nas comunidades Kokama os conhecimentos tradicionais, ou etnoconhecimento, adotados e utilizados em interação com a agrobiodiversidade, são respostas que expressam o saber-fazer diante das dinâmicas naturais que se revelam no saber plantar, pescar, quando plantar ou pescar e assim por diante, o que resultam em manifestações das experiências dos indivíduos no espaço/lugar.

Devido à sua importância fundamental para a sobrevivência dos Kokama, o etnoconhecimento é repassado geracionalmente através da oralidade e/ou da prática/imitação, duas formas de ensino de que os Kokama fazem uso. Os ensinamentos podem ocorrer tanto na unidade de trabalho - neste caso, roça ou quintal - quanto na própria residência onde os membros estão reunidos, permitindo que seja percebida a promoção e fortalecimento da cultura Kokama.

Considerações finais

Os resultados da pesquisa não apenas demonstram, mas reforçam que os conhecimentos tradicionais, o etnoconhecimento, têm grande importância no modo de vida indígena para o uso da agrobiodiversidade local. Esses conhecimentos são empregados de maneira a utilizar os recursos naturais disponíveis na natureza, mantendo uma abordagem de conservação e preservação desses recursos. Isso reflete uma perspectiva de pensar no próximo num diálogo da sobrevivência para a permanência de todos.

Ao aprofundarmos nossa análise sobre as dinâmicas de realização das atividades, considerando as necessidades da família, fica evidente que os Kokama tornam possível a obtenção da segurança alimentar por meio da agrobiodiversidade, uma vez que adaptaram seu modo de vida aos ecossistemas de terra firme e/ou várzea alta ou baixa.

Nossa investigação identificou as diferentes formas de uso da agrobiodiversidade entre os Kokama, pelo qual são desenvolvidos sistemas de cultivos – roça e/ou quintal, como forma de caracterizar as unidades produtivas das famílias. Destacamos a diversidade de espécies vegetais cultivadas, principalmente banana, macaxeira e mandioca, que constituem a base para a obtenção de produtos destinados ao sustento familiar.

Nas comunidades em estudo, a agricultura tradicional, ou seja, a atividade agrícola, é o principal meio pelo qual as famílias conseguem obter subsídios importantes, sendo realizadas pela família nuclear ou extensa. Tal atividade é praticada quase todos os dias em contínuos cuidados com as plantas cultivadas, visando a produção de produtos alimentares ou comercializáveis, contribuindo com a intenção de suprir/atender nas necessidades das famílias e fortalecer ainda mais a segurança alimentar dos moradores das comunidades Kokama como um todo.

Agradecimentos

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), aos moradores Kokama das comunidades Sapotal, Luiz Ferreira e Bom Jardim II, e a todos que se disponibilizaram, contribuindo para a realização do presente trabalho.

Referências

- Bertoldi, M. R., & Sposato, K. B. (2012). Instrumentos de Proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade. *Revista de Direitos Fundamentais e Democracia*, 12(12), 75-93.
- Boff, S. O. (2015). Acesso aos conhecimentos tradicionais: repartição de benefícios pelo 'novo' marco regulatório. *Revista Direito Ambiental e Sociedade*, 5(2), 110-127.
- Cardoso, T. M. (2010). *O saber biodiverso: práticas e conhecimentos na agricultura indígena do baixo rio Negro*. Manaus, AM: Universidade Federal do Amazonas.
- Costa, R. C., & Nunez, C. V. (2017). Biodiversidade e cadeias produtivas: potencialidades sinérgicas. In R. C. Costa, & C. V. Nunez (Orgs), *Cadeias produtivas & seus ambientes* (7-16). Manaus, AM: INPA.
- Dácio, A. I. C. (2017). *Segurança alimentar e conservação nos agroecossistemas no Alto Solimões, Amazonas* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Amazonas, Manaus.
- Lazzari, A., Mazzarino, J. M., & Turatti, L. (2017). Comunidade: a busca de um conceito. *Revista Espacios*, 38(03), 1-6.
- Lévêque, C. (1999). *A biodiversidade*. Bauru, SP: Edusc.
- Minayo, M. C. S., Deslandes, S. F., Neto, O. C., & Gomes, R. (2002). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Morin, E. (2015). *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre, RS: Sulina.
- Morin, E. (2016). *O método 1: a natureza da natureza*. Porto Alegre, RS: Sulina.
- Noda, H., & Noda, S. N. (2003). Agricultura familiar tradicional e conservação da sócio-biodiversidade amazônica. *Interações*, 4(6), 55-66.
- Noda, S. N., Martins, A. L. U., Noda, H., Silva, A. I. C., & Braga, M. D. S. (2012). Paisagens e etnoconhecimentos na agricultura Ticuna e Cocama no alto rio Solimões, Amazonas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 7(2), 397-416.
- Pereira, K. J. C. (2008). *Agricultura tradicional e manejo da agrobiodiversidade na Amazônia Central: um estudo de caso nos roçados de mandioca nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Amanã e Mamirauá, Amazonas* (Tese de Doutorado). Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz, Piracicaba.
- Ramos, A. R. (1988). *Sociedades indígenas*. São Paulo, SP: Editora Ática.
- Rubim, A. C. (2016a). *O reordenamento político e cultural do povo Kokama: a reconquista da língua e do território além da sfronteiras entre o Brasil e Peru* (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília.

- Rubim, D. S. (2016b). *Traçando novos caminhos: ressignificação dos Kokamas em Santo Antonio do Iça, Alto Solimões – AM* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Amazonas, Manaus.
- Sanches, B. A. S., & Billacrês, M. A. R. (2022). Conhecimentos tradicionais e agrobiodiversidade Kokama: o caso da comunidade indígena Kokama Sapotal - Tabatinga-Amazonas. *Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade*, 4(2), 24-39. DOI: <https://doi.org/10.46551/rvg26752395202222439>
- Sanches, B. A. S., Billacrês, M. A. R., & Ferreira, B. E. S. (2020). Esboço do uso dos conhecimentos tradicionais e da agrobiodiversidade do Povo Kokama no Alto Solimões. *Revista Terceira Margem Amazônia*, 6(15), 122-134. DOI: <http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2020v6i15p122-134>
- Santilli, J. (2009). *Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores*. São Paulo, SP: Peirópolis.
- Santos, M. (1985). *Espaço e método*. São Paulo, SP: Nobel.
- Santos, M. (2012). *Pensando o espaço do homem*. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo.
- Silva, A. I. C. (2009). *Governança ambiental e segurança alimentar: a agricultura familiar no Alto Solimões, AM* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Amazonas, Manaus.
- Vieira, J. M. T. (2016). *A luta pelo reconhecimento étnico dos Kokamana tríplice fronteira Brasil/Colômbia/Peru* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.
- Witkoski, A. C. (2010). *Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. São Paulo, SP: Annablume.